

1. Tendo em conta:

- que a acção anti-colonial é uma temática e não um sector de intervenção;
- que tal acção só será consequente se se apoiar nos diversos sectores de intervenção;
- que em vez do antigo grupo anti-colonial o que deve existir é uma articulação entre o trabalho desenvolvido nos vários sectores de intervenção e por outro lado um grupo de estudo para apoio ao trabalho de base, à actual fase de reorganização do M.E.S., nomeadamente as novas formas organizativas que possam partir dos Grupos Socio-Profissionais Mistos.

2. Propõe-se a seguinte reestruturação do grupo de intervenção anti-colonial:

1. O grupo de intervenção anti-colonial passa a funcionar como GEAC

- 1.1 - No GEAC anti-colonial têm de estar presentes pessoas ligadas ao trabalho anti-colonial de todos os sectores de intervenção.
- 1.2 - No GEAC anti-colonial devem estar presentes também outras pessoas que tenham uma função de apoio (estudo, preparação material, informação, etc.) ao trabalho anti-colonial.
- 1.3 - O GEAC anti-colonial funciona também como grupo consultivo da Comissão Política, para a matéria anti-colonial.

3. Tornando-se necessário repensar o trabalho anti-colonial desenvolvido pelos sectores socio-profissionais do M.E.S., pensa-se que é urgente conduzir uma discussão alargada a todos os membros dos socio-profissionais do M.E.S. sobre o lançamento e a estruturação de um trabalho anti-colonial no meio trabalhador.

Como proposta de estruturação do trabalho anti-colonial aponta-se: (para ser discutido nos socio-profissionais e na Comissão Política)

1. Criação de Comissões de bairro em zonas de residência operária, - local apropriado para aglutinar a juventude operária - Comissões essas que agitem e organizem também em torno do problema colonial.
2. Incentivação de uma campanha de propaganda e esclarecimento a nível de fábrica.

Aprovado na reunião do Grupo de Intervenção Anti-Colonial.